

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA**  
**DIRETORIA DE PROJETOS E OBRAS**  
**SETOR DE ORÇAMENTOS**

**ANEXO**

**PLANILHA ANALÍTICA DA COMPOSIÇÃO DO LUCRO E DAS DESPESAS INDIRETAS (BDI/LDI).**

<b>1.0 - Lucro (%)</b>	<b>6,90</b>
<b>2.0 – Total das Despesas Indiretas (%)</b>	
2.1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA OBRA	<b>4,00</b>
2.1.1 - Rateio da Administração Central	
2.1.2 – Despesas Específicas	
2.2 - TAXAS DE RISCO	1,27
2.3 – CUSTO FINANCEIRO	1,23
2.4 - TRIBUTOS	<b>7,65</b>
2.4.1 - COFINS	3,00
2.4.2 - PIS	0,65
2.4.3 – ISS (Caicó)	2,00
2.4.4 – CPRB *	2,00
<b>3.0 – Taxa Total de BDI *(%)</b>	<b>23,35</b>

\* Com a desoneração da folha de pagamento, as empresas passam a recolher, até 31 de dezembro de 2014, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) na forma de 2%, em substituição à contribuição patronal de 20% dos encargos sociais, conforme determinação da Lei nº 12.844/2013, e recomendação dos Acórdãos 2293/2013, 2622/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Para o cálculo do BDI considera-se a seguinte fórmula:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

**Em que:**

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;  
R = taxa representativa de riscos;  
S = taxa representativa de seguros;  
G = taxa representativa de garantias;  
DF = taxa representativa das despesas financeiras;  
L = taxa representativa do lucro/remuneração; e  
T = taxa representativa da incidência de tributos.

**I** - O percentual do BDI/LDI deverá ser norteado pelo Acórdão nº. 2622/2013-Plenário/TCU.

**II** - O percentual total apurado do BDI/LDI deverá incidir de forma direta sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço.

**III** - Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI/LDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante, conforme determinação contida na **Súmula nº. 254/2010**, do Tribunal de Contas da União;

**IV** – Quando o objeto do certame for a “elaboração de projetos”, a UFRN considera na composição do LDI/BDI, apenas a “taxa representativa do lucro/remuneração” e a “taxa representativa da incidência de tributos”.